ISSN 25946412

GOVERNO DIGITAL E CIDADANIA: APRENDIZADOS DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

FABIO ANTONIO DA SILVA REIS
admfreis@gmail.com
Instituto Federal da Bahia

LUZILÉA BRITO DE OLIVEIRA
luzileaboliveira@ufsb.edu.br
Universidade Federal do Sul da Bahia

FERNANDA SILVA VILAS BOAS
fsvilasboas90@gmail.com
Universidade Estadual de Santa Cruz

THISSIANA SOUZA DE OLIVEIRA FARIAS
thysse07@gmail.com
Universidade Estadual de Santa Cruz

RESUMO

As desigualdades sociais e a exclusão digital ainda representam grandes desafios no Brasil contemporâneo, exigindo ações concretas por parte das instituições de ensino que busquem reduzir essas barreiras e ampliar o exercício da cidadania. Nesse contexto, a extensão universitária constitui um espaço privilegiado de articulação entre ensino, pesquisa e comunidade, promovendo o diálogo entre saberes e a transformação social. O presente relato apresenta a experiência extensionista do projeto "Inclusão Sociodigital: ensinando o cidadão a acessar as informações do Governo Eletrônico", desenvolvido pelo curso de Bacharelado em Administração Pública do Instituto Federal da Bahia – Campus Ilhéus. A iniciativa teve como propósito capacitar moradores da comunidade Vila Cachoeira, localizada no entorno do campus, para o uso de ferramentas do governo digital, com ênfase na criação e utilização da conta gov.br, principal instrumento de identificação digital junto ao Governo Federal. A metodologia adotada foi qualitativa, descritiva e reflexiva, baseada em oficinas presenciais de alfabetização digital e orientação prática sobre o acesso a serviços públicos online. Durante o processo, os participantes aprenderam a criar e utilizar suas contas gov.br, compreender os diferentes níveis de segurança (bronze, prata e ouro), realizar assinaturas digitais e acessar plataformas como Meu INSS e ConecteSUS, ampliando o acesso a direitos e serviços sem a necessidade de intermediários. Os resultados revelaram um avanço significativo na autonomia digital dos cidadãos atendidos e um fortalecimento dos laços entre o Instituto Federal e a comunidade local. A experiência permitiu, ainda, que os próprios participantes se tornassem multiplicadores do conhecimento adquirido, promovendo um efeito em rede de inclusão e cidadania digital. Para os discentes envolvidos, o projeto proporcionou uma formação mais crítica, humanizada e socialmente engajada, aproximando teoria e prática e reafirmando o papel social da educação pública. Conclui-se que a extensão universitária, ao fomentar iniciativas de inclusão digital, contribui não apenas para democratizar o acesso à informação e aos serviços públicos, mas também para fortalecer o sentimento de pertencimento e o exercício da cidadania ativa. Assim, o projeto "Inclusão Sociodigital" evidencia o potencial transformador da integração entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando a universidade como um agente estratégico no enfrentamento das desigualdades e na promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e digitalmente preparada.

ISSN 25946412

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão digital. Serviços públicos online. Acesso à informação

DIGITAL GOVERNMENT AND CITIZENSHIP: LESSONS LEARNED FROM EXTENSION EXPERIENCE

ABSTRACT
Social inequalities and digital exclusion remain major challenges in Brazil, requiring concrete actions from educational institutions to promote inclusion and expand citizenship. In this context, university outreach becomes a privileged space for integrating teaching, research, and community engagement, fostering knowledge exchange and social transformation. This paper presents the extension experience of the project "Sociodigital Inclusion: Teaching Citizens to Access Electronic Government Information", developed by the Public Administration Program at the Federal Institute of Bahia – Ilhéus Campus. The initiative aimed to train residents of the Vila Cachoeira community, located near the campus, in the use of digital government tools, particularly the gov.br account, Brazil's main digital identification platform. The methodology was qualitative, descriptive, and reflective, based on face-to-face workshops focusing on digital literacy and practical guidance for accessing online public services. Participants learned how to create and use their gov.br accounts, understand the different security levels (bronze, silver, and gold), sign documents digitally, and access platforms such as Meu INSS and ConecteSUS, thus expanding their access to public services and rights. The results revealed significant progress in participants' digital autonomy and a stronger connection between the Federal Institute and the local community. Furthermore, the project encouraged participants to act as knowledge multipliers, fostering a network effect of inclusion and digital citizenship. For the students involved, the project provided a more critical, humanized, and socially engaged learning experience, linking theory to practice and reinforcing the social mission of public education. In conclusion, university outreach initiatives that promote digital inclusion not only democratize access to information and public services but also strengthen social participation and active citizenship. The "Sociodigital Inclusion" project thus demonstrates the transformative potential of integrating teaching, research, and outreach, establishing the university as a key agent in reducing inequalities and building a more inclusive and digitally empowered society.

KEYWORDS: Digital inclusión. On line public services. Access to Information.

GOBIERNO DIGITAL Y CIUDADANÍA: LECCIONES APRENDIDAS DE LA EXPERIENCIA DE EXTENSIÓN

RESUMEN
Las desigualdades sociales y la exclusión digital siguen siendo desafíos significativos en Brasil, lo que exige acciones concretas de las instituciones educativas para reducir las brechas y ampliar el ejercicio de la ciudadanía. En este contexto, la extensión universitaria constituye un espacio privilegiado de articulación entre la enseñanza, la investigación y la comunidad, fomentando el diálogo de saberes y la transformación social. Este trabajo presenta la experiencia extensionista del proyecto "Inclusión Sociodigital: Enseñando a la ciudadanía a acceder a la información del Gobierno Electrónico", desarrollado por el curso de Administración Pública del Instituto Federal de Bahía – Campus Ilhéus. El proyecto tuvo como objetivo capacitar a los residentes de la comunidad Vila Cachoeira en el uso de herramientas de gobierno digital, con énfasis en la creación y utilización de la cuenta gov.br, principal medio de identificación digital ante el Gobierno Federal. La metodología fue cualitativa, descriptiva y reflexiva, basada en talleres presenciales de alfabetización digital y uso práctico de servicios públicos

ISSN 25946412

en línea. Durante las actividades, los participantes aprendieron a crear y utilizar sus cuentas gov.br, comprender los niveles de seguridad (bronce, plata y oro), realizar firmas digitales y acceder a plataformas como Meu INSS y ConecteSUS, fortaleciendo así su autonomía digital. Los resultados demostraron una mejora significativa en el acceso a la información y un fortalecimiento del vínculo entre el Instituto Federal y la comunidad. Además, los beneficiarios se convirtieron en multiplicadores del conocimiento adquirido, generando una red de inclusión digital. Para los estudiantes involucrados, la experiencia representó una formación más crítica, humana y comprometida socialmente, al vincular teoría y práctica y reafirmar el papel social de la educación pública. En conclusión, las acciones de extensión orientadas a la inclusión digital contribuyen a democratizar el acceso a la información y los servicios públicos, al tiempo que fortalecen la ciudadanía activa. El proyecto "Inclusión Sociodigital" demuestra el potencial transformador de la extensión universitaria como instrumento para reducir desigualdades y construir una sociedad más justa, inclusiva y digitalmente preparada.

PALABRAS CLAVE: Inclusión digital. Servicios públicos en línea. Acceso a la información.

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais, instituições equiparadas a Universidade (Brasil, 2008), desempenham um papel fundamental na sociedade, sendo responsável por integrar ensino, pesquisa e extensão. No que tange à cooperação em ações extensionistas, é essencial que os Institutos Federais apliquem a teoria aprendida em sala de aula e a desenvolva além dos limites do campus. Essas atividades são um dos pilares fundamentais da tríade ensino-pesquisa-extensão, permitindo que alunos e professores desenvolvam habilidades, competências e uma atitude crítica e reflexiva para interagir com a comunidade (Santana *et al*, 2021; Dantas, Guenther, 2024).

A relação discente e sociedade, através da extensão, proporciona tanto a comunidade beneficiada quanto ao discente, uma troca de experiências que possibilita aprender através da prática reflexiva. Siqueira *et al* (2024) afirma que conexões que envolvem trocas mútuas de benefícios indicam que ambas as partes aprendem juntas. Ao compreender o ensino como um processo intencional de aprendizado voltado para a construção do conhecimento, a pesquisa como uma busca e criação de novos saberes em interação com a realidade, e a extensão como a disseminação do conhecimento e seu retorno à sociedade, a indissociabilidade entre essas dimensões se torna clara (Santos *et al* 2021; Santos *et al*, 2023; Farias; Silva, 2024). Isso ocorre porque, ao realizar pesquisas, está alimentando tanto o ensino quanto à extensão; ao ensinar, estimula-se a pesquisa e a extensão; e ao praticar a extensão, contribui para o ensino e direciona a pesquisa. Assim, evidenciam-se a interconexão e a interdependência entre essas áreas (Lorenzet; Andreolla, 2020).

ISSN 25946412

Essa integração fortalece a formação integral do discente, pois promove a capacidade de articular teoria e prática, ciência e comunidade, saber técnico e compromisso social (Reis *et al*, 2024). O estudante passa a compreender o conhecimento não apenas como um produto acadêmico, mas como um instrumento de transformação social. Assim, o protagonismo discente emerge como elemento central, uma vez que o aluno deixa de ser mero receptor e torna-se agente ativo na produção de saberes e soluções contextualizadas para os desafios da sociedade.

Nesta perspectiva da prática extensionista, foi desenvolvido uma ação de promoção à comunidade Vila Cachoeira, localizada no entorno do Instituto Federal de Ensino, campus Ilhéus-BA, que possibilitou ao cidadão desenvolver habilidades para uso de ferramentas tecnológicas para aproximá-lo do governo digital, através das funcionalidades do Sistema gov.br. Sendo assim, o objetivo deste relato de experiência é dialogar com a comunidade da Vila Cachoeira no sentido de ser um instrumento de apoio didático-pedagógico que visa suprir as dificuldades de aprendizagem relacionadas com o uso do Sistema gov.br e suas funcionalidades. A extensão é uma atividade universitária focada em atender tanto as necessidades da comunidade interna quanto externa. Ela envolve o desenvolvimento de ações sociais, nas quais os acadêmicos, com o apoio dos professores, criam iniciativas voltadas para a promoção do bem-estar social (Nunes *et al*, 2021).

Diante desse contexto, o problema que orienta esta pesquisa pode ser assim formulado: como as ações de extensão universitária podem contribuir para reduzir a exclusão digital e fortalecer a cidadania, capacitando a população para o uso das ferramentas do governo eletrônico? Essa questão emerge da constatação de que, embora o acesso a dispositivos tecnológicos seja cada vez mais amplo, ainda persiste uma lacuna significativa na capacidade de utilização crítica e autônoma dos recursos digitais, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis.

A extensão reafirma a função social da instituição de ensino, que ultrapassa a formação profissional e se compromete com o desenvolvimento humano, científico e cultural da comunidade. Ao dialogar com os diversos setores da sociedade, a universidade se coloca como mediadora de saberes e práticas, valorizando o conhecimento local e fomentando processos de cidadania ativa. Essa dinâmica fortalece a legitimidade social da instituição, que passa a ser reconhecida não apenas como produtora de conhecimento, mas como parceira na construção de soluções para os problemas coletivos.

ISSN 25946412

Dessa forma, a extensão universitária transforma-se em um espaço pedagógico ampliado, onde o aprendizado ocorre pela interação com o outro e com a realidade concreta. Para Farias e Silva (2024), o engajamento do discente nesse contexto fortalece o vínculo entre teoria e prática, ensino e vivência, favorecendo uma formação integral que valoriza tanto o conhecimento científico quanto a sensibilidade social. Isso potencializa não apenas a melhoria das condições de vida da comunidade atendida, mas também a qualidade do ensino e a relevância social da educação pública Brasileira.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e reflexiva, fundamentada no método do relato de experiência. Trata-se de um exercício analítico sobre as ações desenvolvidas no projeto de extensão “Inclusão Sociodigital: ensinando o cidadão a acessar as informações do Governo Eletrônico”, vinculado ao Curso de Bacharelado em Administração Pública do Instituto Federal da Bahia (IFBA), campus Ilhéus. O objetivo central consiste em articular ensino e pesquisa por meio da extensão, compreendendo esta como espaço de formação, transformação e produção compartilhada de saberes.

O relato de experiência tem por finalidade descrever uma vivência concreta, refletindo criticamente sobre suas contribuições, desafios e aprendizados, de modo a subsidiar a construção de conhecimento na área de atuação. Nesse sentido, a metodologia adotada busca valorizar a experiência prática como fonte legítima de saber científico, favorecendo a compreensão da realidade social a partir da interação entre estudantes, docentes e comunidade.

O projeto de extensão analisado teve como propósito promover uma oficina de inclusão sociodigital, capacitando cidadãos a acessar informações e serviços públicos por meio da plataforma gov.br. A iniciativa integra o movimento de democratização do acesso à informação e de fortalecimento da cidadania digital. O recorte temporal das atividades compreende o período de maio a junho de 2024, etapa em que foram planejadas, executadas e avaliadas as ações formativas.

Embora não se baseie em procedimentos estatísticos ou em hipóteses formais, o estudo ancora-se na perspectiva da pesquisa-formação e da práxis, reconhecendo a vivência como um campo de aprendizagem e de produção de sentido. Assim, o processo reflexivo constituiu-se a partir da observação participante, dos registros das oficinas e das discussões coletivas realizadas

ISSN 25946412

com os envolvidos, permitindo identificar os efeitos formativos e sociais da experiência.

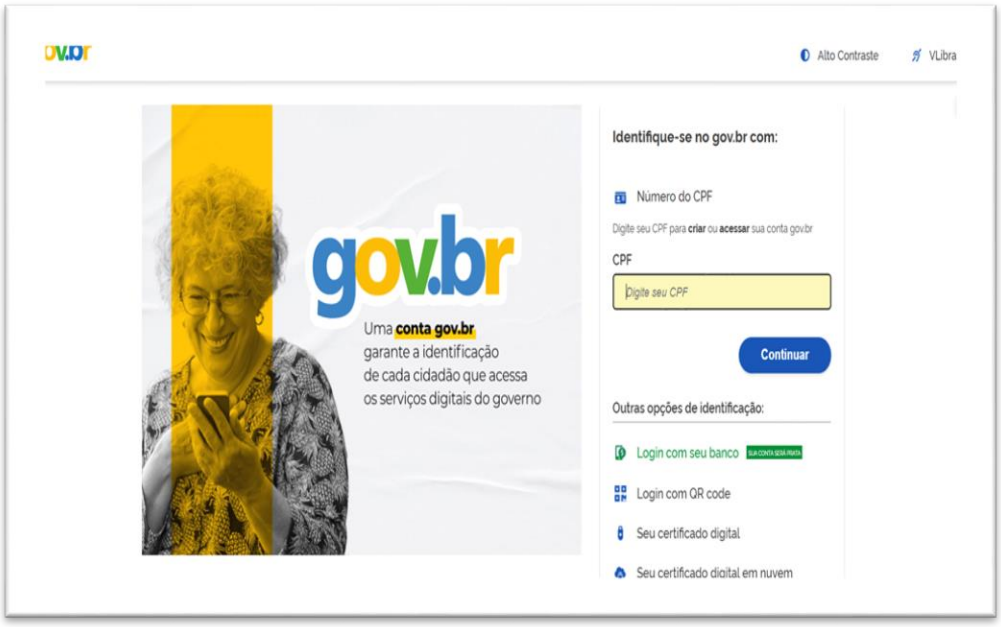
3 RESULTADOS

As ações extensionistas aproximam o Instituto Federal da Bahia da comunidade ao seu redor, facilitando parcerias valiosas, trocas de experiências e atividades que promovem a cidadania bem como o desenvolvimento regional. Ao integrar de forma prática os pilares do ensino, pesquisa e extensão, é possível superar o fosso entre teoria e prática, ciência e senso comum, aproximando o pensador do executor e vice-versa (Abreu; Cavalcanti; Henrique, 2022).

O projeto “Inclusão Sociodigital: ensinando o cidadão a acessar as informações do Governo Eletrônico” promoveu oficina para a criação e funcionalidades da conta gov.br (Figura 1), que oferece um acesso seguro a milhares de serviços públicos digitais do governo brasileiro. Com essa conta, o usuário pode se identificar ao solicitar serviços que variam em nível de segurança. A conta oferece níveis de segurança (bronze, prata e ouro), que permitem diferentes graus de acesso conforme a sensibilidade dos serviços. Para alguns serviços, são necessários apenas dados básicos, enquanto outros exigem um nível maior de segurança, como as contas prata e ouro. A conta Gov.br é um instrumento concreto de cidadania digital, e sua importância dialoga diretamente com a ideia de exercício da cidadania institucional e social.

Figura 1 - Sistema gov.br

ISSN 25946412



Fonte: gov.br (2024)

A conta Gov.br é o principal meio de identificação digital do cidadão junto ao governo brasileiro. Ela centraliza o acesso a diversos serviços públicos online, permitindo que o indivíduo exerça seus direitos e deveres de forma autônoma, segura e simplificada.

Quadro 1 – Importância da conta gov.br

Importância	**Descrição**
Facilita o acesso a políticas públicas	o usuário pode solicitar benefícios, consultar documentos, realizar inscrições e acompanhar processos sem precisar se deslocar ou enfrentar filas.
Promove inclusão e cidadania digital	ao capacitar cidadãos a utilizar plataformas digitais, amplia-se a participação social e o acesso à informação, reduzindo desigualdades.
Garante segurança e validade jurídica	a conta possui diferentes níveis de autenticação (bronze, prata e ouro), assegurando proteção de dados e validade legal em assinaturas digitais
Contribui para a eficiência administrativa	a digitalização dos serviços públicos diminui custos, reduz burocracia e torna os processos mais transparentes
Fortalece a autonomia do cidadão	possibilita que o indivíduo resolva demandas de forma independente, fortalecendo o sentimento de pertencimento e responsabilidade social.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O projeto de extensão do Curso de Bacharelado em Administração Pública do Polo de Ilhéus, denominado “Inclusão Sociodigital: ensinando o cidadão a acessar as informações do

ISSN 25946412

Governo Eletrônico", foca em iniciativas de inclusão digital na sociedade. Para garantir que o mundo digital e as tecnologias governamentais sejam verdadeiramente inclusivas é essencial proporcionar acesso aos cidadãos, oferecer recursos de acessibilidade e desenvolver habilidades e competências necessárias para o uso dessas tecnologias como ferramenta de cidadania. O governo está expandindo constantemente os serviços eletrônicos, facilitando o acesso para os cidadãos, e a inclusão digital é uma parte fundamental da inclusão social. A desigualdade e a exclusão são características de segmentos menos favorecidos da sociedade e, nesse contexto, são necessárias políticas públicas voltadas para a inclusão digital.

A oficina foi ofertada a 20 cidadãos residentes no bairro Vila Cachoeira em Ilhéus, sul da Bahia, localizado no entorno do Instituto Federal da Bahia Campus Ilhéus. Esta comunidade conta com 180 famílias, no qual a sua maioria foi nascida e criada na comunidade, que data mais de 90 anos de existência, e tem na pesca artesanal sua principal fonte de renda (Massena *et al*, 2014). Os responsáveis pela operacionalização da oficina foram 16 discentes, 1 servidor do próprio Instituto Federal e uma professora responsável do projeto.

Apesar do fácil acesso à tecnologia, como celulares e smartphones, e ao acesso a diversos aplicativos como Facebook, Instagram, etc, percebemos a dificuldades em acesso ao gov.br e mesmo para alguns, sem saber da existência e funcionalidades do gov.br. Essa percepção evidencia que a construção do governo eletrônico não deve ser encarada como uma possibilidade, mas uma necessidade rumo ao progresso, proporcionando não apenas agilidade, mas também qualidade aos serviços públicos (Amadeu, Silva; Manochio-Pina, 2022). Assim, os beneficiados do projeto aprenderam a criar a conta gov.br e bem como as funcionalidades do mesmo, como exemplo assinatura digital.

Por meio da conta gov.br é possível realizar a assinatura de documentos em formato digital, conferindo a eles validade jurídica equivalente à de documentos assinados manualmente. Essa modalidade de assinatura eletrônica é regulamentada pelo Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, com alterações posteriores trazidas pelo Decreto nº 10.900, de 2021. Esta assinatura digital, que é gratuita, ajudará aos beneficiários da oficina a não precisarem do serviço de autenticação oferecido pelos cartórios. A assinatura digital disponibilizada pelo portal Gov.br contribui para diminuir gastos com cartórios, ao dispensar deslocamentos e a necessidade de reconhecimento de firma, tornando os procedimentos mais rápidos e eficientes.

O projeto de extensão do curso Bacharelado em Administração Pública, em sua primeira

ISSN 25946412

turma, resultou em vários frutos a saber: os cidadãos envolvidos no processo aprenderam a criar uma conta nos mais diversos níveis de segurança e conseguiram fazer assinatura digital tanto pelo computador quanto pelo celular ou smartphones; Proteção dos dados pessoais; maior confiabilidade no uso de plataformas governamentais; ampliação do alcance da administração pública eletrônica, aproximando o cidadão do Estado. Desse modo, qualquer outro aplicativo do governo digital pode ser acessado pela conta gov.br, como por exemplo o CONECTSUS - registra toda a trajetória de quem busca atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive o certificado de vacinação; inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), MEU INSS (aplicativo da seguridade social). E uma vantagem deste projeto de extensão é que as pessoas beneficiadas podem multiplicar o conhecimento adquirido dentro de sua própria família e/ou comunidade, ajudando, assim, o outro a aprender. Essa troca de saberes fortalece os laços sociais e contribui para o crescimento coletivo. Além disso, promove o protagonismo dos participantes, que passam a atuar como agentes de transformação em seus próprios contextos.

Neste contexto de transformação social, os autores, contribuíram para o desenvolvimento social e pleno exercício da cidadania, buscando minimizar essa desigualdade por meio de oficina de aprendizado para que o cidadão adquira as habilidades necessárias de acesso à informação como ferramenta de transformação de sua realidade social e replique o aprendizado em sua comunidade, produzindo um rede de colaboração. Com esta perspectiva, fizemos uma reflexão sobre a ação realizada. Para Schön (2000), a reflexão é importante, pois enfatiza a valorização da prática profissional como um momento de construção do conhecimento tácito. E percebemos as carências sociais que envolvem a comunidade do entorno do Instituto e como podemos, através da extensão, levar melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento local (Aguiar *et al*, 2022). A vivência de um espaço onde é promovida a autodescoberta mostra-se facilitadora do processo de engajamento dos estudantes com a sua própria formação (Lopes *et al*, 2021).

A extensão realizada teve como fundamento, entre outros, a prática da aprendizagem reflexiva, que segundo Moon (2006), têm como funções o desenvolvimento de pensamento e prática reflexivos e críticos, aumentando o envolvimento ativo de estudantes; colaborando no desenvolvimento pessoal, auto empoderamento e mudança de comportamentos; e como espaço de autoexpressão. As ações de extensão universitária se destacam por sua intervenção democrática e participativa na comunidade, visando à emancipação das pessoas através de

ISSN 25946412

projetos interdisciplinares voltados para a organização comunitária (Mendes; Minghelli; Mari, 2023). Dessa interação emergem diversas abordagens e sentidos, que vão desde a prestação de serviços à comunidade até a compreensão da extensão como um processo coletivo de construção de saberes voltado à formação cidadã e transformadora (Miranda, Fonseca, Mussi, 2025).

Nesse processo, percebeu-se que o estudante deixa de ser um mero reprodutor de conteúdo teórico para se tornar um agente de mudança. A vivência extensionista, ao promover a escuta ativa, o diálogo intercultural e o enfrentamento de desafios práticos, contribui significativamente para o processo de autodescoberta. Essa autodescoberta não diz respeito apenas ao domínio de habilidades técnicas, mas também à construção de uma consciência crítica sobre o papel social de sua formação, ampliando sua visão de mundo e reforçando seu compromisso ético com a sociedade. Dessa forma, a extensão universitária transforma-se em um espaço pedagógico ampliado, onde o aprendizado ocorre pela interação com o outro e com a realidade concreta.

Por fim, é importante destacar que os resultados da oficina não se limitam aos indicadores imediatos, como o número de pessoas atendidas ou os serviços acessados. O verdadeiro impacto está na ampliação da autonomia dos cidadãos, na construção de vínculos entre a instituição e a comunidade (Tamarozzi, Cortela, Kondarzewski, 2025), e na promoção de uma cultura digital que estimule o uso consciente e crítico das tecnologias. A continuidade e expansão de iniciativas como essa dependem do compromisso institucional com a interiorização do conhecimento e com a democratização do acesso aos direitos, o que fortalece tanto a missão dos Institutos Federais quanto os princípios da cidadania ativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária configura-se como uma das mais importantes interfaces entre o conhecimento acadêmico e a transformação social. Ao proporcionar o contato direto entre estudantes, professores e a comunidade, ela permite que os saberes construídos na sala de aula ganhem sentido prático e relevância pública. O projeto “Inclusão Sociodigital: ensinando o cidadão a acessar as informações do Governo Eletrônico” demonstrou, na prática, como a universidade pode contribuir para o fortalecimento da cidadania e a redução das desigualdades sociais, especialmente no que tange ao acesso às tecnologias e aos serviços públicos digitais.

ISSN 25946412

A experiência vivenciada na comunidade Vila Cachoeira revelou a importância de iniciativas que promovam a inclusão digital como um direito fundamental para a participação plena na sociedade contemporânea. Os resultados alcançados – como a criação de contas gov.br, o uso de ferramentas digitais e o fortalecimento da autonomia dos participantes – demonstram que ações simples, quando bem planejadas e executadas com compromisso social, geram impactos profundos e duradouros.

Além disso, o envolvimento dos discentes no processo possibilitou uma formação mais humanizada, crítica e engajada, contribuindo para a construção de profissionais conscientes de seu papel social. A vivência extensionista permitiu compreender, na prática, a potência da educação pública como agente de mudança e como espaço de construção coletiva do conhecimento.

Portanto, conclui-se que a continuidade e ampliação de projetos de extensão como este são essenciais para consolidar o compromisso das instituições federais com a democratização do acesso ao conhecimento, à tecnologia e aos direitos sociais. Fortalecer a cultura extensionista é investir na formação cidadã e na construção de um Brasil mais justo, inclusivo e democrático.

REFERÊNCIAS

ABREU, T. L.; CAVALCANTE, I. F.; HENRIQUE, A. L. S. A prática do tripé ensino, pesquisa e extensão para a formação dos docentes dos Institutos Federais. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [s. *l.*], v. 2, n. 22, p. e12817, 2022. DOI: https://doi.org/10.15628/rbept.2022.12817.

AGUIAR, B. C. X. C.; SIERRA, I. S.; CATAPAN, M. F.; CARBONI, M. H. S. A pesquisa e a extensão no enfrentamento da pandemia do COVID-19: Fabricação de protetores faciais com impressão 3D. **Extensão em Foco**, [*s. l.*], n. 27, 2022. DOI: 10.5380/ef.v0i27.83515.

AMADEU, C. V.; SILVA, J. L.; MANOCHIO-PINA, M. G. Inclusão digital e suas relações com o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar. **Aletheia**, [S. l.], v. 55, n. 1, p. 207-223, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.29327/226091.55.1-11.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1.

DANTAS, M.; GUENTHER, M. Extensão Universitária e Desenvolvimento Local: análise da percepção dos coordenadores de projetos de extensão do IFPE. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [*s. l.*], v. 20, n. 1, 2024. DOI: 10.54399/rbgdr.v20i1.6728.

FARIAS, S. N.; SILVA, G. C. Práticas Extensionistas In Loco: percepções da visita técnica aos mananciais da serra no Paraná. **Revista de Extensão da UFPB**. ISSN 2966-1005. Pró-Reitoria de Extensão-UFPB-v. 1, n. 1, p. 1-15. 2024. Doi: https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2024v1n1.70177.

LOPES, J. C.; LIMA, F. O. M.; FREIRE, S. F. C. D.; PULINO, L. H. C. Z. Uma Formação Pedagógico-Reflexiva em Psicologia: análise de diários de aprendizagem. **Phenomenological Studies – Revista da Abordagem Gestáltica**, [*s. l.*], v. 27, n. 2, p. 159-168, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18065/2021v27n2.3.

LORENZET, D.; ANDREOLLA, F. Formação de educadores para a educação profissional: a articulação ensino-pesquisa-extensão. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [*s. l.*], v. 1, n. 18, p. 15-20, 29 mar. 2020. DOI: https://doi.org/10.15628/rbept.2020.6136.

MASSENA, F. S.; RAMOS, F. L.; MIROTTI, P. I.; TREVIZAN, S. P.; WIBELINGER, L. M. Etnoictiologia dos pescadores artesanais da Vila Cachoeira, Ilhéus - Ba. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, [*s. l.*], v. 7, n. 1, p. 32-44, 2016. DOI: 10.18817/repesca.v7i1.1063.

MIRANDA, D. E. R.; FONSECA, A. D.; MUSSI, V. P. L. Extensão universitária e políticas públicas no Brasil: intersecções analíticas e dilemas pragmáticos. **Cadernos de Pesquisa**, [*s. l.*], p. 1-23, 24 mar. 2025. Universidade Federal do Maranhao. http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229v32n1e25051.

MENDES, E. L.; MINGHELLI, M.; MARI, C. L. A extensão universitária na Ciência da Informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação,** [*s. l.*], v. 21, e023004, 2023.Doi: http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8671645.

MOON, J.**.** ***A handbook of reflective and experiential learning****: theory and practice***.** London: RoutledgeFalmer, 2006. Disponível em: https://epdf.tips/learning-journals-a-handbook-for-academics-students-and-professional-development.html.

NUNES, R. K. S.; MACIEL, G. A. S.; ALMEIDA, E. B.; GUEDES, M. R.; HENN, R. Desafios e adaptações da extensão universitária em tempos de pandemia: relato de experiência. **Revista Ciência Plural**, [*s. l.*], v. 7, n. 1, p. 211-223, 2021. DOI: https://doi.org/10.21680/2446-7286.2021v7n1ID23003.

REIS, F. A. S. *et al*. Análise do Bacharelado em Administração Pública (UAB-IFBA-Ilhéus) sob os Referenciais de Qualidade para EaD. **EaD em Foco**, v. 14, n. 1, e2191, 2024. DOI: https://doi.org/10.18264/eadf.v14i1.2191

SANTANA, R. R.; SANTANA, C. C. A. P.; COSTA NETO, S. B.; OLIVEIRA, E. C. Extensão Universitária como prática educativa na promoção da saúde. **Educação & Realidade**, [*s. l.*], v. 46, n. 2, e98702, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-623698702.

SANTOS, A. D.; BIEHL, H. M.; ROSA, I. M.; GOMES, J. V. P.; BOLDORI, M. L. P.; OLIVEIRA, R. A.; MORAES, T. M. de. Extensão universitária como mecanismo de desenvolvimento regional. Revista de Extensão, Unesc, Brasil, v. 5, n. 1, p. 73-83, 25 fev. 2021. DOI: https://doi.org/10.18616/re.v5i1.6498.

SANTOS, A. M.; SANTOS, K. M. C.; REGO, L. J. S.; RIBEIRO, A.; RUDKE, A. P.; MOTA, G. C.; SILVA, C. F. A. Extensão universitária como oportunidade para favorecer o ensino de ciências em escolas públicas. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, [*s. l.*], v. 12, 2023. DOI: 10.21284/elo.v12i.16366.

ISSN 25946412

SCHÖN, D. A**. Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SIQUEIRA, F. R.; MAIA, P. R.; NUNES, E. S. C. L.; XIMENES, L. K. S.; ÁVILA, S. C.; MACHADO, A. M. P.; GAMA, J. O.; NASCIMENTO, V. A. A extensão universitária no desenvolvimento regional sustentável: relato de experiência. **Caderno Pedagógico**, [*s. l.*], v. 21, n. 5, p. 1-13, 10 maio 2024. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv21n5-064.

TAMAROZZI, K. H.; CORTELA, B. S. C.; KONDARZEWSKI, I. C. DE C.. A extensão universitária em um curso de licenciatura em Física de uma universidade pública: representações sociais de docentes à luz do Discurso do Sujeito Coletivo. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 31, p. e25011, 2025.